

Educação e democracia

A Filosofia de Anísio Teixeira

Susana de Castro Amaral Vieira*

Paulo Ghiraldelli Jr.**

* Professora de filosofia da educação
da Faculdade de Educação da UFRJ.

** Professor de filosofia e autor, entre outros,
de *Caminhos da filosofia* (Rio de Janeiro: DP&A, 2005).

Anísio Spínola Teixeira (1900-1971) nasceu na Bahia e foi reformador do ensino naquele estado, nos anos vinte, e também no Rio de Janeiro, nos anos trinta. Na Bahia, atuou usando sua formação recebido em colégios de padres. No Rio de Janeiro, veio como o Anísio que, como Monteiro Lobato o qualificou, estava “lapidado pela América” (Ghiraldelli Jr., Paulo. Filosofia e história da educação brasileira. São Paulo: Manole, 2003, pp. 44-5). No Rio, no cargo que seria o equivalente, hoje, de secretário da educação, procurou modificar a educação pública com os instrumentos que havia adquirido durante seu curso de mestrado nos Estados Unidos, com Kilpatrick, o braço direito do pragmatista John Dewey em Chicago. Foi também nesse período que Anísio Teixeira publicou o mais importante livro sobre filosofia pragmatista da educação no Brasil: Pequena introdução à filosofia da educação (1934). No centenário de seu nascimento, a Editora DP&A republicou a obra, que foi lançada no evento da Associação Brasileira de Educação (ABE) sobre filosofia da educação, no Rio de Janeiro, aberto por Paulo Ghiraldelli Jr. e pelo Diretor da Associação de Filosofia Americana, Larry Hickman, dos Estados Unidos.

Anísio Teixeira, como filósofo, desenvolveu trabalhos sobre as relações entre democracia e educação, e sobre as relações entre filosofia democrática e educação, particularizadas no contexto de nossa sociedade. Nessas duas preocupações, escreveu como quem estava perfeitamente vivendo seu próprio tempo e à frente dele.

Democracia e Educação

Em nenhum outro sistema político a educação pública ampla e gratuita é tão importante quanto no sistema democrático. A democracia pressupõe a igualdade de direitos para cada um de seus cidadãos, independente de classe, raça, gênero ou credo. Porém, para que esse direito possa ser exercido plenamente de modo que cada indivíduo de uma sociedade democrática possa participar ativamente e fraternalmente dos seus agrupamentos políticos, locais, regionais ou nacionais, faz-se necessário que receba a educação escolar adequada. É a educação que capacita o indivíduo a exercer sua inteligência em favor tanto do seu próprio bem quanto do bem coletivo. Ao mesmo tempo, a educação em sua plenitude, para os pragmatistas, é “vida e re-significação de experiências” (Ghiraldelli Jr., Paulo. *O que você precisa saber em filosofia da educação*. Rio de Janeiro: DP&A, 2000, pp. 15-21). Portanto, só pode ser exercida onde são possíveis novas experiências, onde existe liberdade para a mudança, ou seja, em uma sociedade democrática.

A visão de Anísio Teixeira sobre educação e democracia foi exposta em vários de seus livros, mas encontra-se sintetizada em *Educação é um direito* (1967).

Em tal livro, Anísio Teixeira nos conta que a história das idéias democráticas nas sociedades ocidentais é uma história relativamente recente; inicia-se somente com as “revoluções burguesas”, inglesa e francesa, nos séculos XVII e XVIII, e com o processo de industrialização do século XIX. O sistema feudal e monárquico, ao contrário, perdurou por muito mais tempo e deixou marcas profundas na psique do homem moderno. Infelizmente, a revolução político-econômica não teria sido acompanhada imediatamente de uma mudança da mentalidade do indivíduo que, a despeito da derrocada das formas autoritárias de governo, continuou a acreditar no princípio da desigualdade social: a alguns competiria mandar, construir, criar e, a outros, ao contrário, restaria obedecer, repetir, pois os primeiros seriam naturalmente mais inteligentes e capazes. Assim, seguindo essa mentalidade aristocrática, a classe média que surgiu nas sociedades industriais passou a atuar como a provedora

de quadros dirigentes para a sociedade, e a classe popular manteve-se no papel de fornecedora da mão de obra.

A força dessa crença arcaica na desigualdade intelectual dos homens transpareceria, inclusive, entre os primeiros ideólogos da nova sociedade. Se, por um lado, o divisor de águas entre a sociedade feudal e a sociedade moderna é a importância que a segunda passa a dar ao indivíduo – cada indivíduo possui a capacidade de ser um agente de transformação da sociedade através do emprego de suas faculdade mentais e tal emprego deve ser livre das amarras sociais e institucionais –, por outro lado, os teóricos liberais teriam se baseado em uma noção dúbia de ‘indivíduo’ para justificar o poder da nova classe que surgia. Rousseau, por exemplo, divulgava em seus escritos uma noção de indivíduo ‘natural’, isto é, segundo ele todo indivíduo seria capaz de desenvolver suas aptidões intelectuais e manuais naturalmente, sem o auxílio da educação formal.

Na realidade, porém, nenhuma sociedade moderna teria espaço para o desenvolvimento de tal modelo de indivíduo do liberalismo forjado nos tempos rousseauianos, cuja preocupação fundamental seria com o próprio bem estar e, secundariamente, com o bem estar coletivo. A complexidade e mutabilidade dos saberes científicos, tecnológicos e humanos, que estariam a promover a nova sociedade, demandariam uma educação formal capaz de habilitar o indivíduo a se informar sobre os avanços dos conhecimentos e de suas possíveis transformações. A igualdade entre os homens – todos são indivíduos livres e possuem igualdade de direitos políticos – não poderia, portanto, ser fundamentada numa igualdade natural, e sim numa igualdade de direito de acesso a educação formal, escolar.

Filosofia Democrática e Educação

A visão de Anísio Teixeira sobre filosofia da educação é a de John Dewey, adaptada ao Brasil. Ela está elaborada no livro citado, o *Pequena introdução à filosofia da educação*. Todavia, metodologicamente, as relações entre filosofia e educação foram mais bem expostas em um breve artigo, feito por ocasião do centenário de nascimento de John Dewey, em 1959. No final de tal texto, ele

sintetizou o que aqui é qualificado como a circularidade entre filosofia democrática e educação:

i) *De qualquer modo, porém, todo o grande problema contemporâneo continua a ser o da organização da sociedade democrática, com uma filosofia adequada, em face dos novos conhecimentos científicos, das novas teorias do conhecimento, da natureza, do homem e da própria sociedade democrática.*

ii) *Essa filosofia, que irá determinar a educação adequada à nova sociedade democrática em processo de formação, já se acha esboçada na grande obra de John Dewey, que a traçou tendo em vista, mais especialmente, a sociedade americana, a qual, por um conjunto de circunstâncias, constitui a sociedade que, historicamente, mais se viu sob a influência direta do espírito oriundo dos movimentos pré-democráticos dos séculos XVI e XVIII e mais liberta das influências do feudalismo e da Idade Média.*

iii) *Como as filosofias, em suas formulações teóricas, ocorrem sempre a posteriori, mais como explicações ou justificações das culturas existentes, ou predicacões para sua reforma, revisão e reconstrução, não se consegue a sua implantação senão depois de longos esforços e lutas.*

iv) *A educação institucionalizada em escolas resiste, de todos os modos, à ação das novas idéias e novas teorias, e só lentamente se irá transformando, até chegar a constituir verdadeira aplicação da nova filosofia democrática da sociedade moderna. (TEIXEIRA, Anísio. *Filosofia e educação*. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos. Rio de Janeiro, v.32, n.75, jul./set. 1959, pp.14-27).*

O texto de Anísio, cujo título é *Filosofia e Educação*, permite a compreensão *sui generis* do problema central da filosofia da educação no mundo, e particularmente no Brasil, tanto para a época quanto para o que se seguiu pós-1959. Três pontos básicos podem revelar sua atualidade. **Primeiro.** Anísio tinha claro que o *problema* era o da adequação entre a explicação filosófica – que ele, hegelianamente, sabia que se tratava de uma explicação *a posteriori* – e a forma de vida democrática. A forma de vida democrática, exatamente por ser oposta à estagnação da forma de vida feudal, participa do dinamismo do culto ao que é novo, e a América é exatamente onde o *novo* se apre-

sentada quase que como um imperativo (o Brasil, durante toda a vida de Anísio, se mostra como um país que se industrializa e que busca a democracia). Para mantermos a coerência intelectual, teríamos que participar de uma metanarrativa, de uma filosofia, que fosse capaz de ser tão dinâmica quanto as narrativas que ela vem justificar, as narrativas científicas, política, literárias etc.

Segundo. A escola não pode ensinar algo sem *justificativa*, sem um solo que possa ser chamado de metadiscurso e que esteja garantindo o seu discurso, ou sem algo que possa ser chamado, por exemplo, de epistemologia, uma teoria do conhecimento – conhecimento este que, afinal, é a base dos conteúdos escolares. Este metadiscurso não vai *fundar* ou *fundamentar* o discurso em um sentido tradicionalmente metafísico, mas ele precisaria existir, sem dúvida, no mínimo para termos uma visão global a respeito do que fazemos cotidianamente enquanto criadores e usuários das ciências e da tecnologia nos seus mais variados modos de aparecimento. Ou seja, o discurso filosófico da educação não tem de ser um discurso fundacionalista, embora precise existir na medida em que nossa vida intelectual é, enquanto *vida intelectual*, uma busca de coerência, de racionalidade e razoabilidade: enquanto professores, podemos abrir mão de garantirmos aos alunos que estamos falando a Verdade em nossa aula, mas não podemos abrir mão de garantirmos a verdade de nossa aula; ou seja, nossa aula depende da consistência lógica e didática enquanto aquilo que nossos melhores pares chamam de conhecimento verdadeiro.

Terceiro. Mas como fazer esta junção, capaz de nos armar com novas sínteses, se a escola resiste às novas idéias, se ela mesma resiste às novas *sínteses* filosóficas que tornariam o discurso educacional – tanto a didática quanto os conteúdos – um conjunto harmônico entre narrativas científicas e as *novas* justificativas, digamos, filosóficas? Em outras palavras: como ver na escola a sua prática, dentro de uma democracia – a forma de vida moderna adotada no Ocidente e exportada para o Oriente –, em harmonia com uma “filosofia da sociedade democrática”?

Lendo o artigo de 1959 sob a ótica desses trechos citados, fica fácil ver que Anísio Teixeira estava *mutatis mutandis* refletindo nos termos que americanos e europeus refletiram, vinte anos depois, quan-

do da publicação de *A condição pós-moderna* de Jean François Lyotard e *A Filosofia e o espelho da natureza* de Richard Rorty (ambos de 1979). Anísio rondava o problema básico da “filosofia da educação de nosso tempo” como Dewey rondou este problema e, por isso, este último, teve condições de ser lido como um filósofo vivo por Rorty, nos Estados Unidos, e por Habermas, na Europa. Anísio podia estar para nós, quando lemos Lyotard, como Dewey esteve para Rorty quando este leu Lyotard.

Traduzindo tudo isto para a prática cotidiana do professor, e nos mantendo dentro da preocupação da filosofia da educação, o que se pode dizer?

Espantosamente, a preocupação de Anísio é já um esboço da preocupação dos leitores de Lyotard e de Rorty: afinal, se sou professor, e entro na sala de aula, entro para dizer um discurso *verdadeiro* e moralmente *correto*. Ora, mas o que nos *garante* que falamos a verdade e que julgamos e ensinamos a julgar corretamente? Se pudesse ter lido Lyotard ou Rorty, Anísio diria: eis aí a questão, eis aí a contradição: qual filosofia da educação adotar se a filosofia da educação é sempre Filosofia (com F) e, portanto, platonismo – a idéia de um mundo básico imutável, ideal e, portanto *mais real*, que subjaz a um mundo contingente, apenas empírico e, portanto *menos real*? Ou mais explicitamente: qual filosofia da educação adotar no interior de uma “civilização em constante e rápida mudança”, se tal mudança atingiu até mesmo o que havia de mais estável: as metanarrativas e as bases do conhecimento, ou seja, a epistemologia? É claro que Anísio Teixeira tinha uma resposta, diferente da de Lyotard – a idéia da ciência enquanto articulada à paralogia – e mais próxima da de Rorty – o ultrapassamento da discussão epistemológica e o aprofundamento da luta pela democracia e pelo seu aperfeiçoamento. Mas disso não decorre que Anísio Teixeira vivesse então como um homem tranqüilo (muito menos cremos que Rorty viva tranqüilo ou que Lyotard tenha morrido tranqüilo). Anísio Teixeira e Lyotard não foram como Sócrates ou como Epicuro. Eles foram homens que acreditavam que podíamos e devíamos morrer tranqüilos. Anísio Teixeira foi um inquieto.

A resposta de Anísio Teixeira se enquadra não dentro da resposta

do platonista, do padre ou do marxista, aqueles que *sabem o que vai acontecer*. A resposta de Anísio se enquadra no espírito de Lyotard e de Rorty: respostas taxativas, que parecem certas, mas que são, antes de tudo, muito mais esperanças nebulosas que quaisquer certezas absolutas. É nesse sentido que Anísio Teixeira diz, taxativamente, que no lugar da igualdade natural há, de fato, nas sociedades democráticas, a igualdade proporcionada pelo acesso à educação escolar, formal. Essa certeza era, sim, uma esperança.

Ora, talvez esteja aí, então, o modo de agir da *nova* filosofia da educação: antes “esperança que conhecimento”, como já escreveu Rorty. Ou, em um sentido semelhante, mas não igual, ainda: “pessimismo na inteligência, otimismo na vontade”, como disseram Gramsci e Horkheimer. A idéia é que a filosofia da educação democrática vá sendo colocada lentamente nas escolas – uma tarefa que é árdua, mas que sendo contínua dá bons frutos –, enquanto estas, por sua vez, vão se transformando em sociedades que, se não são de todo democráticas, estão sob um aperfeiçoamento democrático. Se assim é, hoje mais que ontem o Brasil está sob uma situação em que o modo de Anísio Teixeira ver a relação entre filosofia e educação é o mais correto.

A esperança não *fundamenta* uma posição como, por exemplo, a idéia de que devemos dar menos atenção à igualdade natural e mais à nossa capacidade de conseguir fazer todos terem acesso à escola para, com boas aulas, adquirirem capacidade de se colocarem socialmente de modo vantajoso, mas pode, certamente, *justificar* tal posição. A filosofia da educação de Anísio Teixeira era antes justificacionista que fundamentacionista. ■

Referências bibliográficas:

Teixeira, Anísio. Educação é um direito. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2004.

_____. Pequena introdução à filosofia da educação. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

_____. “Filosofia e educação”. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos. Rio de Janeiro, v.32, n.75, jul./set. 1959, pp.14-27

Ghirdelli Jr., Paulo. Filosofia da educação. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

_____. Filosofia e história da educação brasileira. Barueri, SP: Manole, 2003.